

Artículo recibido en abril de 2020, aceptado en julio de 2020.

Protagonismos migrantes na universidade pública brasileira: do direito à educação superior aos desafios da interculturalidade

Protagonismos migrantes en la universidad pública brasileña: del derecho a la educación superior a los desafíos de la interculturalidad

Jaqueline Bertoldo¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre as experiências de protagonismo de estudantes imigrantes e refugiados(as) em atividades em ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), investigando de que formas tais práticas estão contribuindo para discussão sobre a diversidade e democratização da universidade. Como metodologia, utilizamos uma abordagem dialética, além de pesquisa bibliográfica, documental e observação participante por meio da atuação no Programa de Extensão Assessoria Jurídica a Imigrantes e Refugiados da UFSM. Diante das inúmeras barreiras no acesso a todos os níveis educacionais pela população imigrante e refugiada, a ampliação de políticas e processos seletivos específicos para ingresso de migrantes no ensino superior tem permitido refletir sobre os desafios na promoção da diversidade e da democratização do ensino a partir da valorização da interculturalidade entre saberes e práticas.

Palavras-chave: Migrações internacionais. Refúgio. Direito à educação. Direitos Humanos. Interculturalidade.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo discutir acerca de las experiencias de estudiantes inmigrantes y refugiados en actividades de educación, investigación y extensión en la Universidad Federal de Santa María (UFSM), investigando de qué

1 Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora e extensionista pelo Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional MigraIdh/CSVM. Email: bertoldojaque@gmail.com

manera sus prácticas están contribuyendo para la discusión sobre la diversidad y la democratización en la universidad. Como metodología, utilizamos un enfoque dialéctico, además de la investigación bibliográfica, documental y de observación participativa, por medio del Programa de Extensión Asesoría Jurídica para Inmigrantes y Refugiados de la UFSM. En vista de las numerosas barreras para el acceso a todos los niveles educativos por parte de la población inmigrante y refugiada, la expansión de políticas específicas y procesos selectivos para el ingreso de migrantes a la educación superior también nos ha permitido volver a discutir los desafíos relacionados con la promoción de la diversidad y la democratización de la educación desde una perspectiva de la interculturalidad entre conocimiento y prácticas.

Palabras clave: Migraciones internacionales. Refugio. Derecho a la educación. Derechos Humanos. Interculturalidad.

INTRODUÇÃO

Se as experiências de imigrantes e refugiados(as) que chegam ao Brasil são marcadas por inúmeras barreiras e desafios determinados pela condição de mobilidade em um mundo marcado por fronteiras, por outro lado, são diversas as formas de resistência e de protagonismos desses mesmos imigrantes na concretização dos seus projetos migratórios, na inserção social e coletiva pelos seus direitos. Acompanhar as trajetórias de imigrantes no país permite perceber a dialética cotidiana entre os sonhos, as utopias de uma vida melhor para si e os seus e os desafios em razão da xenofobia, do racismo e da insuficiência de políticas públicas.

Desde o aumento significativo dos fluxos migratórios para o Brasil na última década, sobretudo advindos do Sul Global e representativos das alteridades não ocidentais, muitas foram as discussões e esforços para garantia de direitos básicos a essa população, como o direito à educação, fundamental para inserção social, política e econômica no país de acolhida. Nesse sentido, diversas universidades brasileiras², especialmente públicas, passaram a adotar procedimentos facilitados para garantia do ingresso de refugiados(as) e imigrantes no ensino superior, na esteira das demais políticas afirmativas e da discussão sobre a promoção de direitos humanos.

Na Universidade Federal de Santa Maria, em 2016, como resultado das práticas de pesquisa e extensão do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão MigraIdh/CSVM - Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional e convênio com a

2 Segundo a Agência da ONU para refugiados (UNHCR, 20--), atualmente há 19 universidades entre públicas e privadas com procedimentos diferenciados para ingresso de refugiados(as) no ensino superior.

Cátedra Sérgio Vieira de Mello - foi aprovado o Programa de Acesso à Educação Técnica e Superior para Refugiados e Imigrantes em situação de vulnerabilidade com a possibilidade de criação de até 5% de vagas nos cursos da instituição com ingresso diferenciado e facilitado para refugiados(as), solicitantes de refúgio e imigrantes. Desde 2017, quando foi implementado o programa, conforme dados da Pró-Reitoria de Graduação, a instituição recebeu 56 estudantes imigrantes e refugiados(as) de diferentes nacionalidades, trazendo consigo novas histórias, saberes, línguas, culturas e desafios para o fazer acadêmico³.

Por outro lado, as universidades públicas brasileiras têm vivenciando um momento de sérios ataques por parte da opinião pública e dos governos, desde cortes de verbas, diminuição de financiamento para as instituições, além dos movimentos em direção à privatização e neoliberalização dos processos de produção e circulação do conhecimento, acentuando ainda mais o tradicional modelo ocidental e meritocrático de valorização dos saberes científicos hegemônicos.

Sendo assim, a pergunta que direciona essa pesquisa é de que formas as experiências de protagonismo de estudantes imigrantes e refugiados(as) na UFSM têm contribuído para a discussão sobre democratização e pluralidade na universidade pública brasileira? O objetivo do trabalho é investigar as experiências de protagonismo migrante em atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFSM como forma de ampliar o debate sobre diversidade e democratização da universidade pública brasileira, bem como refletir sobre os desafios da interculturalidade nos processos de inclusão educacional.

Sobre o método de abordagem, trabalhamos a partir de uma perspectiva dialética no sentido de perceber as contradições instauradas com a chegada de estudantes imigrantes e refugiados(as) pela política de ingresso na UFSM e as dinâmicas dessas experiências no debate sobre as perspectivas para a universidade pública, entre a valorização da diversidade e pluralidade de vozes e saberes e as tendências neoliberais sobre o ensino superior. Ainda, para este artigo, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, documental e a observação participativa por meio de práticas extensionistas no Programa de Extensão Assessoria Jurídica a Imigrantes e Refugiados, vinculado ao Migraidh/CSVM.

Com relação à dimensão ética, todas as narrativas de imigrantes e refugiados foram reproduzidas com base em fontes públicas e de livre acesso na internet, especificamente, um documentário elaborado pela TV Campus da UFSM, intitulado “Migrar não é delito”, disponível no YouTube, além do vídeo de

3 Ressaltamos que, antes da implementação do atual programa de ingresso de imigrantes e refugiados, em 2010, a UFSM aprovou uma resolução específica para admissão de refugiados na instituição. Contudo, em razão das burocracias existentes na normativa, conforme consulta realizada pelo Migraidh em 2016, foi identificado que somente 2 refugiados haviam ingressado pela antiga resolução. Assim, a elaboração da nova política teve também o objetivo de revogar e substituir a normativa anterior, ampliando as possibilidades e oportunidades de acesso.

transmissão do evento “Diversidade e Interculturalidade: diálogos sociopolíticos desde o Sul Global” que ocorreu na UFSM e está disponível nas plataformas digitais da instituição. Os nomes de todos os sujeitos citados nessa pesquisa foram substituídos por nomes fictícios, com o objetivo de proteger a identidade dos migrantes.

O trabalho está dividido em três partes, sendo que em um primeiro momento apresentamos as principais reflexões sobre a implementação da política de ingresso para refugiados(as) e imigrantes em situação de vulnerabilidade na UFSM; em um segundo momento, passamos a expor as dinâmicas das experiências de protagonismo de estudantes migrantes em projetos de ensino, pesquisa e extensão na instituição e; por fim, discutimos algumas questões sobre os desafios para a interculturalidade na universidade e as contradições diante das atuais tendências de transformações no ensino superior público brasileiro.

CONTORNOS DA PESQUISA: ENTRE NARRATIVAS, TEORIAS E PRÁTICAS SOBRE O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA IMIGRANTES E REFUGIADOS(AS) NA UFSM

“Entre narrativas, teorias e práticas” têm como objetivo apresentar algumas discussões sobre a experiência de construção e elaboração de uma política para ingresso diferenciado de refugiados(as) e imigrantes em situação de vulnerabilidade na Universidade Federal de Santa Maria, onde está situada nossa investigação. A escolha das perspectivas teórico-práticas da pesquisa tem lugar junto ao Projeto MigraIdh/CSVm que, ao longo dos seis anos de existência, atua por meio da dialética entre a pesquisa e a extensão universitárias na produção de conhecimentos e práticas desde uma responsabilidade ética e de permanente diálogo com todos os sujeitos do processo, imigrantes, refugiados, sociedade civil e governos locais.

Apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmar desde 1948 a igualdade de direitos entre todos os seres humanos, o reconhecimento e efetividade dos direitos humanos foram fixados nos limites do Estado Nacional e, assim, o estrangeiro, destituído de cidadania, tem sido negado e excluído como sujeito pleno na Nação (Arendt, 2012). Com Sayad (1998), podemos entender como as categorias políticas da modernidade fundaram a separação e diferenciação do ser nacional em que as migrações internacionais passam a representar uma ameaça e ruptura na ordem do Estado-Nação. A presença do imigrante traduz “uma espécie de limite à perfeição esperada da ordem nacional” (Sayad, 1998, p. 267) e, por isso, a cidadania e o direito a ter direitos

(Arendt, 2012) têm sido reservados com exclusividade ao nacional.

Por essa razão, no âmbito da modernidade, a migração internacional só é concebida a partir da ideia dos pactos que, segundo Derrida (2003), caracteriza uma hospitalidade condicionada na medida em que pressupõe o controle sobre quem chega. Ou seja, as condições para ingresso e permanência dentro do território são determinadas por critérios de “interesse” do Estado, reservando ao sujeito imigrante um lugar de utilidade e provisoriedade, como explica Sayad (1998).

Além disso, dentro da lógica da nacionalidade, a partir de Douzinas (2009), entendemos que o estrangeiro simboliza a alteridade, o que é estranho e alógeno e que rompe com a suposta unidade – cultural, linguística, étnico-racial – que fundamenta a identidade nacional. A exclusão do estrangeiro, segundo o autor, é “tão constitutiva da identidade nacional quanto o é da subjetividade humana” já que o estrangeiro representa o outro absoluto, aquele que não se conhece ou compreende, visto sempre como uma ameaça à ordem e à segurança (Douzinas, 2009, p. 371).

Para além da condição da não nacionalidade, as experiências de imigrantes e refugiados no país são interseccionadas pela dimensão racial, resultado da dominação europeia colonial que introduziu um modelo de “superioridade e inferioridade humana” que tem sido produzido e reproduzido política, cultural e economicamente durante séculos (Grosfoguel, Oso e Christou, 2015, p. 636). A realidade brasileira mostra que o acesso aos direitos fundamentais é racialmente determinado, refletindo também na possibilidade de concretização dos projetos migratórios de quem opta pelo Brasil como país de destino, especialmente, quando se trata de fluxos representativos das identidades não hegemônicas, ou seja, não ocidentais.

No que se refere ao direito à educação, os dados internacionais revelam que o acesso pela população migrante a todos os níveis educacionais é deficitário, sendo que somente 3% dos refugiados(as) no mundo conseguem acessar o ensino superior, comparado aos 37% da população global que chega aos mais altos níveis educacionais, conforme o último relatório lançado pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) sobre a educação de refugiados no mundo (UNHCR, 2019a). O relatório afirmou ainda que durante muito tempo (até 2018) esse percentual foi de apenas 1%, resultado também da imensa lacuna no acesso à educação secundária por parte da população refugiada em comparação aos não refugiados(as). Com o aumento para 3%, ainda reflexo de um cenário crítico, o número total de refugiados(as) no ensino superior é de aproximadamente 87.833 estudantes (UNHCR, 2019a). O Brasil participa deste cenário com apenas 225 refugiados(as) matriculados em instituições de ensino superior. Desse número, pouco mais da metade ingressou ao longo do ano de 2019, demonstrando que ainda se trata de uma política recente no que se refere aos direitos da população refugiada no país (UNHCR e CSVM, 2019a, p. 12).

Segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados, até dezembro de 2018, o número de pessoas refugiadas no Brasil totalizou 11.231, sendo que até 2 de janeiro de 2019, a Polícia Federal informou a existência de mais 161.057 pedidos de solicitação de refúgio em trâmite (Brasil, 2019). Na pesquisa sobre o perfil socioeconômico de refugiados no Brasil, organizada em parceria da ACNUR e CSVM, foram entrevistados 487 refugiados(as), distribuídos(as) em oito unidades da federação, incluindo resultados sobre escolaridade e perspectivas educacionais. Conforme os dados apresentados, dentre os refugiados participantes da pesquisa, 31,33% já haviam concluído o ensino superior e 50,21% possuíam o ensino médio completo, nesse sentido, aptos a ingressar no ensino superior, por exemplo. Além disso, 31,07% dos entrevistados possui de 20 a 29 anos, ou seja, em idade e condições favoráveis a ingressar no sistema de ensino. Observamos, no entanto, que, dentre o número de diplomados, apenas 9,52% (14 pessoas) tinham seus diplomas revalidados no Brasil. Nesse mesmo sentido, a pesquisa investigou o aproveitamento da profissão/ofício anterior à migração nas atuais ocupações dos(as) refugiados(as) entrevistados e verificou que 68,18% não “utilizam suas habilidades profissionais nos atuais trabalhos contra apenas 31,8% que as utilizam”. Esse dado revela, por exemplo, o fato de que “os refugiados não conseguem valer-se de suas competências profissionais, demonstrando que o processo migratório desclassifica (“empurra para baixo”) social e economicamente o migrante em geral e o refugiado em particular” (UNHCR e CSVM, 2019b).

Considerando que as migrações forçadas “são motivadas por fatores que restringem ou inviabilizam a possibilidade do retorno, principalmente pelo risco à vida que esse representa, a integração local é condição para a proteção integral de migrantes forçados”, conforme explicam Redin e Monaiar (2018, p. 749). Segundo o ACNUR, nos casos de refúgio onde não é possível a repatriação, a integração à comunidade local pode significar uma solução duradoura à situação do refúgio “e a chance de construir uma nova vida” (UNHCR, 20--a). Assim, no Brasil, o Estatuto dos Refugiados (Lei nº 9.474/1997) incorporou no texto legal as três soluções duradouras tradicionais (repatriação com caráter voluntário, integração local e reassentamento) e, no caso da integração local, previu, no art. 44, que o reconhecimento de diplomas e certificados, a obtenção de residência e o ingresso a instituições acadêmicas deverão ser facilitados, “levando-se em consideração a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados” (Brasil, 1997). Além disso, o art. 43 destaca que a condição atípica de refugiado deverá ser considerada no exercício dos seus direitos e deveres quando for necessário a apresentação de documentos (Brasil, 1997).

A Lei de Migração, em vigor desde 2017, avançou com relação ao diploma legal anterior, o Estatuto do Estrangeiro, ao prever a garantia de condições de igualdade para migrantes no território nacional, inclusive o “direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória.” O acesso igualitário a serviços públicos, como a educação, também foi incluído como princípio e diretriz para a política migratória instituída a partir

da nova lei, reforçando os esforços da sociedade civil e políticos pra promoção de direitos de imigrantes no país (Brasil, 2017). No entanto, sem aprovação de uma política nacional sobre migrações e refúgio, a efetividade dos direitos assegurados na legislação continua comprometida e dependente de iniciativas localizadas e da vontade política.

Além de um ambiente jurídico favorável à proteção e ao reconhecimento de direitos fundamentais, como a educação, Amorim (2017, p. 376) destaca a necessidade em garantir políticas públicas que garantam uma inserção efetiva na sociedade de acolhida. Com relação ao ingresso no ensino superior, apesar da previsão legislativa, a facilitação ainda é uma iniciativa das próprias universidades que “levam em consideração a situação vulnerável de refugiados e solicitantes e podem disponibilizar vagas exclusivas para refugiados, solicitantes e/ou migrantes em situação de vulnerabilidade” (UNHCR e CSVM, 2019a, p. 12). Ou seja, atualmente, o exercício do direito de ingresso facilitado é uma faculdade e depende de cada instituição de ensino, a partir da autonomia universitária, não havendo regras ou procedimentos unificados, bem como diretivas comuns.

Nesse contexto, no ano de 2014, o Migraidh/CSVM elaborou e propôs uma política pública no âmbito da UFSM com o objetivo de garantir o acesso ao ensino técnico e superior para a população refugiada e imigrante em situação de vulnerabilidade. Segundo Redin, Minchola e Jungs (no prelo), a elaboração dessa política teve como base um olhar para o sujeito em sua integralidade, incluindo não só o refugiado, mas também um reconhecimento do imigrante “como suscetível às múltiplas vulnerabilidades do processo migratório internacional, sua precarização em relação ao Estado e, por isso, sua sujeição nas relações sociais e laborais, agravada pela barreira linguística.”

“Disso, decorre a desigualdade estrutural para acesso à educação pública. A proposta da política foi resultado de um diálogo realizado em 2014, na cidade de Lajeado, com a comunidade local de imigrantes haitianos, que manifestavam a importância e necessidade de reconhecimento de seus títulos educacionais e do acesso à educação superior, por vezes cessada no seu país de origem em decorrência da migração. Seres desejantes de um lugar, de igualdade de oportunidade, no país de imigração” (Redin, Minchola e Jungs, no prelo).

Com o programa, a UFSM passou a viabilizar o ingresso nos cursos técnicos, tecnólogos e de graduação, por meio da criação de até 5% de vagas suplementares, para refugiados(as)⁴ reconhecidos pelo CONARE, solicitantes

4 Refugiado: Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que estiver em uma das três hipóteses previstas no art. 1º da Lei nº 9.747, de 1997, conforme definição ampliada do processo de Cartagena e incorporada pelo Brasil (Brasil, 1997).

da condição de refugiado(a)⁵ e imigrantes⁶ que comprovem vulnerabilidade por meio da apresentação de visto humanitário ou visto permanente por razões humanitárias (UFSM, 2016).

A proposta do programa de acesso à educação para refugiados e imigrantes partiu de uma compreensão sobre o sujeito da mobilidade, indo além das categorias entre migração forçada ou voluntária⁷ ao considerar a complexidade da realidade migratória atual e as principais barreiras (linguísticas, jurídicas, econômicas, políticas e sociais) que impedem o acesso ao ensino em igualdade de oportunidades. Ou seja, o processo de aprovação da política de ingresso na UFSM demonstrou que o reconhecimento da igualdade material significa perceber o sujeito diante das condições estruturantes que lhe negam o acesso a determinados espaços e direitos (à universidade e à educação superior), impondo a necessidade das políticas públicas de ações afirmativas ou, conforme Castel (2008), de discriminação positiva para redução das desigualdades.

“Pensa-se na demanda pelo acesso à educação relatada por muitos imigrantes, inconformados com falta de um canal efetivo que permita seu ingresso em uma instituição de ensino superior. Esta resolução, então, pretende atender a estas demandas por um direito básico, o de educação, que é rejeitado por critérios excludentes que formam o Estado-Nação, a saber, a relação nacional e seu oposto negativo, o não-nacional. O sujeito em mobilidade enfrenta barreiras das mais variadas ordens: linguísticas; culturais; econômicas; sociais e políticas. Dessa maneira, embora participe do sistema produtivo nacional, não encontra, até um processo mais intenso de integração local, possibilidade de qualificação pelo acesso regular ao ensino superior público no Brasil. O imigrante ou refugiado tenderá a ser absorvido pelo mercado de trabalho secundário, em condições mais precárias e de sujeição econômica” (Redin e Minchola, 2014).

A inserção educacional representa uma forma de resistência efetiva a um modelo de exclusão do estrangeiro que só concebe esse sujeito a partir do elemento

5 Solicitante de refúgio: São pessoas que solicitam às autoridades competentes serem reconhecidas como refugiadas, mas que ainda não tiveram seus pedidos avaliados definitivamente pelos sistemas nacionais de proteção e refúgio. (UNHCR, 20--b).

6 Imigrante (segundo a Lei de Migração): pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil (Brasil, 2017).

7 A distinção entre migração forçada e voluntária fundamenta a diferença entre quem é imigrante e quem é considerado como refugiado no direito internacional dos refugiados. Com essa distinção, a categoria do refúgio refere-se às pessoas que migram de maneira forçada ou obrigatória; enquanto o imigrante o faz de forma voluntária, normalmente em busca de melhores condições de vida, oportunidades de trabalho e estudo.

da provisoriedade (Sayad, 1998), considerado como força de trabalho a ser explorada e cuja integração se dá por meio de critérios assimilacionistas. Diante do sistema de controle do Estado, onde a inclusão do sujeito da mobilidade é necessariamente condicionada ao espaço-tempo das redes de produção econômica (Redin, 2013), o trabalho, a partir de relações precárias e flexíveis, constitui assim um “álibi” que justifica a presença dentro do território (Sayad, 1998), mas que, por outro lado, significa a exclusão de outras possibilidades e direitos, como acesso ao ensino superior ou profissionalizante. Dessa forma, a estrutura político-jurídica que determina as relações de exclusão desse outro é gradualmente abalada e questionada quando o sujeito adentra os muros da universidade, invertendo a lógica da modernidade liberal que só o concebe como força de trabalho provisória.

Por isso, quando o(a) imigrante ou refugiado(a) adentra ao espaço público da Universidade provoca rugosidades ao redefinir os espaços e papéis tradicionalmente ocupados na estrutura hegemônica, questionando privilégios e colocando desiguais em posição de maior igualdade. Retomando o exemplo de Castel (2008, p. 105), os argumentos que alimentam o racismo e a xenofobia da sociedade diante dessas políticas é o fato de que elas beneficiam “outros” sujeitos que não os legítimos cidadãos. Ou seja, o problema não é o fato da existência de uma certa política pública, mas o fato de questionar os processos de exclusão enraizados em uma racionalidade moderna racista e xenófoba que materialmente não oportuniza processos igualitários e que frequentemente confunde direito, favor e privilégio.

Retomando Castel (2008, p. 107), as políticas de discriminação positivas indicam uma direção que é “imperativamente requerida na luta contra as discriminações” quando os elementos de raça, classe, gênero e origem étnica significam a desvantagem de uns no acesso aos direitos e para outros, no lugar exatamente oposto, um privilégio injustificável nos termos de uma sociedade plural, diversa e justa.

Além disso, a universidade expressa o lugar da cultura ocidental, tomada como naturalmente superior e que, a partir das visões de mundo eurocêntricas trata os seus “outros”, negros, mulheres, imigrantes, refugiados, como naturalmente inferiores. A universidade brasileira, ao reproduzir o modelo de universidade ocidental, se situa dentro de processos históricos que, nas palavras de Grosfoguel (2016, p. 28), “produziram estruturas do conhecimento fundadas no racismo/sexismo epistêmico.”

Todas essas questões revelam os desafios das políticas de ações afirmativas ao problematizar e enfrentar algumas das barreiras que negam aos não nacionais um lugar na ordem colonial, racista e xenófoba que também constituiu as universidades ocidentais. Esse é o contexto que, após superada a barreira do ingresso, demanda um olhar ainda mais atento à permanência desses imigrantes e refugiados(as) na instituição, principalmente em situações sensíveis como a

sociabilidade no ambiente acadêmico, vulnerabilidade econômica, questões linguísticas e necessidade de redes de apoio e proteção. Se os desafios do ingresso buscam romper com os mecanismos de exclusão no acesso aos direitos, a discussão sobre permanência é fundamental para o estabelecimento de trajetórias bem sucedidas por parte desses estudantes, com perspectivas de projetos futuros e de inserção social, além da necessária reconfiguração das relações raciais e xenófobas dentro da instituição.

Como vimos pelos dados apresentados, o ingresso de refugiados e imigrantes nas instituições públicas ainda é pouco expressivo em termos quantitativos reforçando que ainda são muitos os desafios para garantia do acesso à educação para essa população. Recentemente é que a maioria das instituições têm recebido estudantes nessa condição e a temática passou a apresentar maior visibilidade, gerando outras demandas com relação às questões linguísticas, respeito e valorização da diversidade e demais desafios que precisarão ser enfrentados pelas universidades para acolhida de imigrantes e refugiados(as) a partir de uma ética da alteridade e do respeito do outro.

EXPERIÊNCIAS DE PROTAGONISMO MIGRANTE NA UFSM E AS POSSIBILIDADES DE ENCONTRO COM O "OUTRO"

Desde 2017, quando foi implementada a política de ingresso da UFSM, ingressaram na instituição 56 (cinquenta e seis) estudantes imigrantes e refugiados(as), de 15 (quinze) diferentes nacionalidades e matriculados em 23 (vinte e três) cursos de graduação. Esses dados foram obtidos por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, cujo pedido foi respondido pela Pró-Reitoria de Graduação. Os dados disponibilizados contemplam informações sobre o número de ingressantes, nacionalidades, gênero e matrícula, apesar de apresentar insuficiência em alguns dos registros e de não apresentarem informação sobre categorias migratórias⁸.

Sobre a nacionalidade dos estudantes, a maioria é proveniente do Haiti, sendo 34 imigrantes neste grupo. Além de haitianos(as), há estudantes nacionais da Palestina, Congo, Angola, Gana, Venezuela, Senegal, Uruguai, Costa do Marfim, Cuba, Paquistão, Síria, Marrocos, Guiné e Afeganistão. Sobre os cursos

⁸ Sobre a trajetória desses estudantes e outras dinâmicas de inserção na universidade, vide BERTOLDO, Jaqueline. Fronteiras da igualdade: direito à educação superior para imigrantes e refugiados(as) na UFSM. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Direito, RS, 2020.

escolhidos, os que apresentam maior número de matriculados são Arquitetura e Urbanismo (3), Ciências Econômicas (3), Direito (4), Enfermagem (4), Engenharia Civil (4), Engenharia Mecânica (4), Engenharia Química (3), Odontologia (5) e Relações Internacionais (7). Contudo, tratando-se de uma política recente, ainda não foi possível obter dados concretos sobre a permanência dos estudantes na instituição.

A partir das práticas de extensão no Projeto Migraidh/CSVM no acompanhamento do grupo de estudantes imigrantes e refugiados na instituição, é possível perceber que a sua presença na UFSM têm propiciado novas perspectivas e debates dentro da universidade, a partir dos seus protagonismos e da diversidade de práticas culturais, idiomas, saberes e crenças que somente eles representam. Assim, quando falamos em “possibilidades de encontro com o outro” nos referimos às possibilidades do encontro entre a universidade - e seus métodos e práticas hegemônicas - e a diversidade presente nesses que, por muito tempo, e ainda hoje, representam esses “outros”. Conforme temos verificado na prática cotidiana, em muitos casos, esse encontro tem sido marcado por tensionamentos e preconceitos, afinal, a ocupação de espaços de poder historicamente negados permite mobilizar as contradições anteriormente ocultas, mas também ampliar a possibilidade de disputa e transformação desses mesmos espaços.

No campo de estudo sobre educação de imigrantes e refugiados(as), a importância de repensar o fazer universitário está na negação histórica que as tradições ocidentais exerceram sobre culturas, conhecimentos e sujeitos por meio das relações coloniais de dominação. Assim, o desafio teórico-prático está em olhar esse outro negado dentro das contradições do campo educacional, desde as suas diferenças e a partir de uma ética da alteridade. A alteridade é a possibilidade de abrir-se ao diferente, ao outro que eu não conheço, que “está no mundo, mas é exterior ao meu mundo” (Pereira, 2011). Na alteridade, o outro é percebido enquanto outro e não pode ser reduzido a um mesmo, ou seja, ao que eu entendo sobre o outro a partir do meu mundo. Para Dussel (1986), essa é a violência produzida pela ontologia da totalidade, pois nega o outro enquanto diferença (ou exterioridade), impondo-lhe um sentido a partir do “mesmo”. Assim, entrar na dialética do Eu e do Outro significa abrir-se para a possibilidade da novidade que surge desse outro (Dussel, 1986, p. 187).

Nesse sentido, a importância do diálogo entre pesquisa e extensão está na possibilidade em ouvir a voz do outro a partir dele mesmo, em uma relação alterativa, em que o outro se manifesta por seu rosto e sua palavra interpelante, e não pode ser reduzido, apreendido, objetificado. Diante de sua interpelação, a alteridade surge como uma postura ética de responsabilidade que responde à palavra ouvida com a práxis (Dussel, 1986). Diante de uma universidade historicamente homogênea, meritocrática e ocidentalizada, buscamos trazer outros sujeitos e sua palavra interpelante, que permite pensar alternativas ao saber e fazer acadêmicos. A suposta objetividade e neutralidade que historicamente produziram como regra uma universidade e ciência sob o

signo da brancura e da cultura ocidental somente poderá ser repensada com a emergência da concretude de outras experiências e sujeitos, com suas histórias, dificuldade, cor da pele, nacionalidade, idiomas, culturas e saberes. Entendemos que o compromisso da universidade na promoção de inclusão de grupos minoritários deve ter como centralidade a prática do encontro, da escuta e do diálogo, face-a-face, ou seja, desde uma ética da alteridade.

Assim, nesta seção, buscamos apresentar algumas das experiências de estudantes migrantes na UFSM desenvolvidas ao longo de 2018 e 2019 em projetos de ensino, pesquisa e extensão na instituição. Os projetos aqui apresentados são fruto do protagonismo desses estudantes e que encontram acolhida e incentivo por parte de alguns professores, colegas e outros grupos da instituição. Inicialmente, apresentamos o evento “Diversidade e (Inter) Culturalidade: Diálogos Sociopolíticos desde o Sul Global”, promovidos por imigrantes e refugiados(as) estudantes da UFSM com apoio do Migraidh/CSVM, e que tinha como objetivo central a promoção de um espaço de diálogo com a comunidade acadêmica, a partir das narrativas sociopolíticas e expressões culturais desses estudantes. Em um segundo momento, destacamos a atuação de dois grupos de estudantes haitianos da UFSM com a criação dos projetos “Santé pour Haiti” e “Energie pour Tous”, para atuar em áreas estratégicas na relação entre os dois países, Brasil e Haiti. Tanto a organização do evento, como os dois projetos citados, têm possibilitado maior visibilidade da atuação e presença desses estudantes na instituição e são experiências concretas das possibilidades de transformação da universidade.

O evento “Diversidade e (Inter) Culturalidade: Diálogos Sociopolíticos desde o Sul Global”

O projeto de promoção de um evento acadêmico organizado por imigrantes e refugiados(as) sobre diversidade e interculturalidade foi resultado da motivação desses(as) mesmos(as) estudantes em criar um espaço de trocas sobre as diferentes culturas e nacionalidades presentes na instituição. O evento ocorreu no dia 18 de junho de 2019, na sala 218 da Reitoria da UFSM e contou com a participação de estudantes imigrantes que apresentaram aspectos sobre a história, política e cultura dos seguintes países: Haiti, Costa do Marfim, Angola, Cuba e Congo. A programação incluiu ainda intervenções artísticas e culturais do Haiti e Paquistão, com apresentações de música e teatro.

Sobre o processo de construção da atividade, no início do primeiro semestre de 2019, o Grupo Migraidh/CSVM foi procurado por alguns imigrantes haitianos como objetivo de organizar um evento na universidade em alusão ao mês da francofonia, tendo em vista que muitos estudantes imigrantes são falantes do idioma francês e cultivam aspectos da cultura francófona. Em muitos lugares ao redor do mundo, durante o mês de março, são promovidos eventos e atividades culturais, gastronômicas e artísticas com a finalidade de divulgar a cultura que

envolve os falantes da língua francesa. Durante a primeira reunião conjunta para organização do referido evento, que reuniu integrantes do Migraidh e do Comitê Representativo dos Estudantes Imigrantes e Refugiados da UFSM (Cerim), o grupo definiu pela organização de um evento mais amplo, com o objetivo de socialização das expressões culturais dos diversos países e povos representados pelos estudantes imigrantes e refugiados(as) na universidade e na cidade de Santa Maria-RS.

Durante o período de organização, o grupo de migrantes também advertiu para que o evento não assumisse um caráter simplesmente de relatos de experiências e vivências migratórias, mas que pudesse constituir um espaço de diálogo sobre seus países, culturas, idiomas, contextos históricos e políticos. O grupo ressaltou que, em geral, grande parte da comunidade universitária não possui conhecimentos sobre as realidades do Haiti, Congo, Angola e outras nacionalidades dos(as) estudantes migrantes. Em uma das reuniões de preparação do evento, um dos estudantes destacou: “o estrangeiro é sempre visto somente como migrante, mas nós estamos cansados de falar sobre a vinda para o Brasil, como chegamos, o que a gente comia. Nós queremos falar sobre nosso país, sobre a política, a história, as culturas”. Diante das discussões, o evento passou a constituir um caráter político acerca da interculturalidade na universidade e que está diretamente relacionada à visibilidade da presença desses imigrantes e refugiados(as) na universidade.

A organização da atividade, de forma conjunta entre Migraidh e os(as) estudantes, significou aquilo que Freire (2013), ao criticar a compreensão de “extensão” como simples transferência e imposição de sujeitos considerados superiores para sujeitos passivos, explicou sobre a extensão como prática comunicativa, ou intercomunicação, que significa reciprocidade de “um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” coletivamente. Em conjunto, Migraidh e Cerim produziram o entendimento sobre todos os aspectos do evento, desde a proposta, temáticas a serem abordadas e programação.

Com relação ao título do evento, “Diversidade e (Inter)culturalidade: Diálogos Sociopolíticos desde o Sul Global”, buscou-se fazer referência a uma multiplicidade de saberes e culturas que são tradicionalmente negadas dentro dos espaços acadêmicos e que, atualmente, com a política de ingresso para imigrantes e refugiados, podem encontrar eco e maior visibilidade com a atuação e práticas desses estudantes. Segundo Grosfoguel (2016), a dominação sobre a América e África fundou a estrutura epistêmica moderna-colonial que constituiu as universidades ocidentalizadas e que, até hoje, nega e exclui epistemologias e saberes não hegemônicos. Além disso, a atividade teve como objetivo criar uma “oportunidade de promoção da internacionalização da universidade, pela via da socialização de outros e novos saberes desde o Sul Global” (Migraidh, 2019a). Nesse sentido, o grupo entendeu pela necessidade de reforçar a identidade desde os países que compreendem Sul Global, como forma de questionar os processos de internacionalização que reproduzem a hegemonia científica e dos

saberes do Norte Global.

Conforme divulgado pela organização, segue a programação completa do evento:

“13h30: Abertura

14h: A Política de Ingresso na UFSM: Internacionalização, interculturalidade e integração local.

15h: Dança Haitiana (Ibolelê)

15h20: Diálogos Sociopolíticos sobre Haiti, Congo e Costa do Marfim

16h20: Coffee Break

16h30: Diálogos Sociopolíticos sobre Angola, Cuba e Gana

17h30: Poesia e Música Haitiana

17h45: Música paquistanesa

18h: Encerramento

(Migraïdh, 2019a)”.

Destacamos que todos os relatos e narrativas que seguem foram extraídos do vídeo de transmissão do evento, produzido pela UFSM e disponibilizado à comunidade em geral por meio da plataforma digital Farol UFSM. Os nomes utilizados no texto foram substituídos por nomes fictícios com o objetivo de proteger a identidade dos estudantes imigrantes e refugiados(as) participantes.

Durante a solenidade de abertura, que contou com a participação de autoridades municipais e da UFSM, a professora Liliane Dutra Brignol, coordenadora interina do Programa de Extensão Migraïdh/CSVM, destacou o contexto de modificações dos fluxos migratórios no Brasil e ressaltou a importância de perceber as contribuições dos(as) migrantes “para muito além de força de trabalho, mas como dinamizadores de relações culturais e sociais, como sujeitos políticos e produtores de conhecimento, interlocutores de uma sociedade que se quer mais aberta, inclusiva e diversa”(Migraïdh, 2019b).

Durante a primeira mesa, que teve como temática “A Política de Ingresso na UFSM: Internacionalização, interculturalidade e integração local”, integrantes do Migraïdh e do Cerim debateram sobre a importância da política de ingresso de migrantes e refugiados na UFSM e ressaltaram a urgência no lançamento de novos editais de ingresso, além da necessidade de avanço das políticas de permanência. Essa fala refere-se ao fato de que, após o ingresso de estudantes por meio do Programa nos anos de 2017 e 2018, a Universidade Federal de Santa Maria não publicou novos editais de ingresso, gerando a interrupção da política recém implementada e gerando dúvidas sobre a sua continuidade nos próximos anos.

Sobre as demais atividades da programação, os(as) estudantes de cinco países Haiti, República Democrática do Congo, Angola, Cuba e Costa do Marfim, apresentaram elementos sobre a história, política e cultura em seus países. As narrativas e falas desses estudantes foram muito relevantes, trazendo uma

importantes contribuições para a universidade desde a realidade e o contexto histórico-social de espoliação e dominação que historicamente vivenciam em seus países e cujos reflexos também se verificam aqui no Brasil, nas suas experiências migratórias e nas relações educacionais.

Sobre o Haiti, Paul, médico formado em Cuba e atualmente residente do Hospital Universitário da UFSM, iniciou sua fala relatando sobre as primeiras revoltas contra a escravidão que aconteceram no Haiti e que tiveram como base a união, destacando a necessidade do seu país em resgatar essas mesmas raízes para superar os atuais problemas sociopolíticos. Durante sua fala, Paul destacou a desigualdade social de quem vive na capital do país, Porto Príncipe, e aqueles que residem no interior, com muitas dificuldades de acesso aos direitos básicos. Relatou que a bandeira do Haiti é um símbolo de luta e de força, da luta pela revolução do país e contra a escravidão. Disse que há uma simbologia com relação à bandeira e o vodu, religião que sempre esteve presente nas tradições de luta dos haitianos pela independência e o fim do sistema escravagista:

“A luta inicialmente foi uma coisa mística, não foi exatamente de armas ou corpo a corpo, era o Deus dele contra o meu Deus, porque fazia sentido que o nosso Deus tinha nos abandonado naquele momento e por isso fomos escravizados. O Deus Branco contra o Deus do Vodou.”

Por fim, Paul relatou que há muita pobreza no país, que é algo indiscutível, fruto da desigualdade social, grande concentração de renda, e que geram a maioria dos problemas sociais e políticos que existem no Haiti. Outro imigrante haitiano, estudante de relações internacionais, continuou o debate sobre a realidade haitiana, dando destaque às questões históricas e interferência de outros países, sobretudo a França, Espanha e Estados Unidos. Segundo Claudin, após a proclamação da independência, o Haiti tornou-se um país isolado. “O Haiti era o país mais próspero e rico da América. O Haiti não é um país pobre, foi empobrecido pelos interesses das maiores potências econômicas da época.” Segundo Claudin, toda a riqueza do Haiti foi destinada para pagar a dívida imposta pela França para o reconhecimento da sua independência. Além disso, destacou a interferência dos Estados Unidos ao longo da história do país, financiando uma ditadura durante 30 anos. Sobre a realidade atual, Claudin fez críticas à democracia que é comandada por uma pequena elite branca e que não deixa as instituições se fortalecerem. “Até hoje a gente não consegue devolver o que é a democracia na verdade. A democracia no Haiti é o Estados Unidos acompanhando tudo que está sendo feito nas instituições.” Por fim, destacou a atuação das forças imperialistas internacionais que não permitem ao povo haitiano decidir de forma independente e resgatou os pensamentos do líder da revolução haitiana, Jean Jacques Dessaline, que era fazer um país para todos e não desigual como é atualmente.

Sobre a República Democrática do Congo, o estudante de Engenharia Civil, Patrice, iniciou sua fala chamando a atenção: “Como eu sou o primeiro que vai falar sobre um país africano, queria salientar uma coisa. Eu acho que não é o caso de ninguém aqui, mas gente, a África é um continente, não é um país, é um continente formado por vários países. E o Congo é um desses países.” O desconhecimento da população brasileira sobre a África, como se todos fossem iguais, de um mesmo lugar, e com uma única cultura, presente na ressalva do imigrante congolês, também motivou que ele partilhasse mais sobre os diferentes idiomas que existem só no seu país e que vão além do idioma oficial que é o francês. Segundo Patrice, o francês, como língua oficial, é um idioma administrativo, ensinado na escola e que rege os processos jurídicos, por exemplo. No entanto, além do francês, o país possui outras 4 línguas nacionais, Kikongo, Swahili, Tshiluba e Lingala, além de mais de 400 dialetos presentes em todo território nacional. Patrice alertou: “Não estou falando de gírias, são línguas totalmente diferentes.” Comentou que todos precisam aprender os idiomas nacionais, dependendo do lugar onde você está, e o idioma oficial francês, para poder estar integrado à sociedade.

Patrice também relatou sobre as relações econômicas e históricas da RDC, já que o país possui muitos recursos naturais, como diamante, petróleo, carvão, ouro e urânio, e mesmo assim está entre os países mais pobres do mundo. Explicou que a independência, em 1960, foi conquistada com muita luta e que “teve muito sangue derramado.” A partir daí, contudo, mesmo com a declaração do Congo como estado independente, a Bélgica e outras grandes potências continuaram a intervir nas escolhas presidenciais no país, sobretudo pelo controle dos recursos naturais e, por isso, segundo Patrice, quem “está no poder não serve ao Congo e ao povo, mas sim aos interesses dos outros países.” Por fim, destacou que o Congo possui uma cultura muito diversificada em razão da existência de muitos grupos étnicos.

O estudante Nzaje, que veio da Angola para estudar Direito no Brasil, também iniciou a sua fala sobre as lutas populares pela independência do país, a desvantagem do povo angolano diante das armas e meios bélicos dos colonizadores portugueses e a importância de recuperar a memória dos seus ancestrais nas revoltas e movimentos de luta. “Nossos avós, nossos pais disseram chega para os maltratos da colonização e então fomos pra luta. Eu digo fomos porque sou angolano e quem lutou foram os angolanos. Vencido a luta, expulsamos então os portugueses.” Nzaje relatou ainda sobre o processo pós-independência e a eclosão da guerra civil no país, envolvendo grandes potências mundiais:

“A gente sabe que esse é um grande perigo que sempre enfrentamos na África: os interesses das grandes potências. Eu tenho dito, elas não têm nenhum interesse para realmente ajudar ou desenvolver o continente, não, têm um interesse exploratório. Já que a independência foi alcançada, a forma

que eles talvez encontram para continuar colonizando é se infiltraram com os movimentos e tirar os dividendos dos seus interesses.”

Por fim, o estudante Nzaje comentou sobre a situação atual do país, as intensas desigualdades sociais e de gênero, apesar dos avanços relevantes, e ressaltou que mesmo sendo considerado um país democrático, na prática, isso não é vivenciado pela população: “Angola é um país extremamente rico, mas estamos em uma condição desfavorável.”

Representando Cuba, o estudante de Engenharia das Telecomunicações, Manuel, iniciou sua fala com destaque sobre o ingresso como acadêmico da UFSM por meio do Programa de Acesso à Educação superior para Refugiados e Imigrantes em situação de vulnerabilidade. “Eu entrei aqui na Universidade pelo programa de imigrantes e o curso tem mudado muito minha vida e estou muito contente em ter ingressado por este programa.” Além disso, Manuel apresentou sobre as questões geográficas, biodiversidade, gastronomia e cultura de Cuba.

Por fim, Loua, estudante de Psicologia da Costa do Marfim, iniciou a última exposição do evento sobre a colonização do seu país e a chegada dos portugueses e, posteriormente, da França, fazendo com que hoje a língua oficial do país seja o francês, apesar da existência de mais 60 idiomas locais. Segundo ele, o francês é a língua ensinada na escola, já que em casa as pessoas falam os outros idiomas, a “nossa língua”. Loua falou sobre a independência país, destacando que, da mesma forma como outros países, a Costa do Marfim precisou pagar e continua pagando até hoje pelo direito de autodeterminação e, por isso, permanece como um país financeiramente dependente. Relatou sobre as guerras internas no país, as interferências externas da França e dos Estados Unidos, o interesse pelos recursos naturais e as dificuldades dos processos eleitorais. Segundo Loua, a riqueza de recursos no país também é responsável pela exploração por parte dos países do primeiro mundo.

“Na França, lá não tem nada. Lá só vive graças aos países que foram colonizados. Se o país não tem riqueza, nunca vai ter a guerra. Todos os países africanos que vocês sabem que tem guerra e que há pobreza, a gente vai dizer pobre da África, rica África. Na verdade ela é pobre, porque a gente tira tudo de lá. Os outros países que têm a riqueza.”

Após a exposição, Loua foi questionado por um estudante da plateia sobre a reação do povo e dos governos diante da realidade de exploração vivenciada na Costa do Marfim. Segundo o imigrante marfinense, os governos não enfrentam o poder da França, porque “o país não tinha nada, a Costa do Marfim não fabrica as armas para a guerra. Mas como as armas chegam na África? Esses países pobres todos têm as armas pra fazer a guerra. A França tem bases militares em todos os países que eles colonizaram e colocam quem eles quiserem.” Por fim,

Loua destacou a difícil realidade da guerra no país, a impunidade dos culpados e a destruição econômica que até hoje trazem reflexos para a Costa do Marfim e outros tantos países da África.

A importância em trazer os relatos de cada um dos estudantes, como forma de garantir os seus lugares de fala diante da história de espoliação e exploração, serve também para perceber que lugar esses estudantes ocupam diante das epistemologias e práticas colonizadoras que ainda são reproduzidas dentro dos ambientes acadêmicos e científicos. A universidade ocidentalizada, além de negar a história quando, por exemplo, ignora a revolução haitiana em busca das ideias de igualdade e liberdade; quando desconsidera todo o processo de destruição de povos e saberes pela colonização da América e da África; quando deixa de perceber os processos de produção da segregação racial e que se estendem em praticamente todas as esferas da vida; é a mesma universidade que ainda hoje desconsidera seus intelectuais negros e negras, da América e da África; e que, paradoxalmente, talvez como dívida, talvez como caridade, tenta acolher imigrantes e refugiados(as) que representam essa mesma história de marginalização e inferiorização.

Talvez a universidade do Sul Global possa aprender com seus migrantes a problematizar o seu próprio papel tanto diante das elites locais como das forças imperialistas do Norte Global, principalmente com relação aos benefícios da produção científica e tecnológica e a formação de profissionais qualificados. Se as universidades do sul não observarem de forma crítica a nova onda das políticas de mercantilização e privatização, inseridas no contexto dos interesses do capitalismo global e das grandes forças econômicas mundiais, corre-se o risco de nos tornarmos cada vez mais dependentes e repetirmos a história de espoliação que os povos negros, indígenas, latino-americanos denunciam e resistem até hoje, como fizeram os migrantes estudantes da UFSM.

A primeira edição do evento “Diversidade e (Inter)culturalidade: diálogos sociopolíticos desde o Sul Global”, fruto do protagonismo dos(as) imigrantes, “constituiu um marco na possibilidade do encontro com a diversidade advinda do Sul Global, hegemonicamente excluída e que, dentro da Universidade, é representada por aqueles(as) que vivem as migrações contemporâneas” e seus desafios diante do racismo estrutural e da xenofobia (Bertoldo, Mesilas e Oliveira, 2019). Além disso, a atividade também fundamentou as discussões sobre a internacionalização da universidade que tem sido acionada pelas forças neoliberais e do capitalismo global como forma de reforçar a demanda pelos “saberes do Norte Global e nega toda diversidade contra-hegemônica além dos saberes ocidentais, brancos e masculinos.” (Bertoldo, Mesilas e Oliveira, 2019). A fala de cada um dos estudantes, e sua presença indiscutivelmente política, representa a resistência histórica contra o racismo e os epistemicídios da modernidade e em direção a uma universidade mais diversa e plural.

Os projetos “Santé pour Haiti” e “Energie pour Tous”

Sobre as experiências de protagonismo da comunidade migrante, no ano de 2019, dois grupos de estudantes haitianos da Universidade Federal de Santa Maria criaram dois projetos vinculados à pesquisa e extensão com o objetivo de aproximar a realidade haitiana e brasileira nas áreas de saúde e produção de energia elétrica. Pela relevância e inovação acadêmica, os projetos foram escolhidos como tema de um documentário produzido pela Tv Campus da UFSM, e lançado no mês de setembro de 2019, chamado “Migrar não é delito” e que ressalta a importância da presença migrante na universidade e o trabalho desenvolvido pelos(as) estudantes. Assim, a discussão deste tópico tem como base os relatos apresentados pelos imigrantes nesse documentário, bem como outros materiais já produzidos em razão dos projetos.

Segundo os idealizadores, o projeto Santé Pour Haiti nasceu “a partir de um pensamento coletivo dos estudantes haitianos para contribuir, reconstruir e melhorar a condição no acesso à saúde no Haiti” (Mesilas, et al., 2019) e está localizado no Departamento de Saúde Coletiva, coordenado pela Prof^a Dr^a Liane Batriz Righi. O projeto foi apresentado na 34^a Jornada Acadêmica Integrada da UFSM por um dos participantes. Segundo os estudantes, o Haiti possui desafios muito complexos, principalmente na questão da saúde, predominantemente privada e ligada ao mercado e, a partir dessa realidade, buscam estudar uma proposta para a saúde do seu país que privilegia a atenção básica, o aspecto preventivo e a integralidade, reduzindo a mortalidade infantil e as doenças infecciosas (Mesilas, et. al., 2019).

A motivação para criação do projeto ocorreu em razão do contato desses mesmos estudantes com o Sistema Único de Saúde (SUS), levando-os a questionar o modelo de saúde no Haiti e pensar alternativas com relação à universalidade e gratuidade do acesso à saúde. Atualmente, os(as) imigrantes estão participando de uma disciplina complementar especialmente criada para que possam “compreender o percurso histórico do SUS, sua estrutura, bem como aspectos sobre a gestão em saúde.” (Mesilas, et. al., 2019). Segundo a fala de um dos fundadores do projeto:

“O SUS, como eu sempre digo, é um ótimo sistema. Inclusive a gente está buscando como que nós podemos pegar essa experiência do ensino brasileiro para poder levar esses conhecimentos e fazer uma mudança de lá, do nosso sistema. A gente tá buscando essa troca” (Tv Campus, 20109).

Segundo a Professora Liane Righi, coordenadora do projeto, os estudantes haitianos procuraram o Departamento de Saúde Coletiva com a demanda de conhecer o SUS e o desafio de aproveitar essa experiência brasileira para levar

transformações à realidade haitiana:

“E foi essa iniciativa dos alunos haitianos que nos colocaram na tarefa de como apresentar o SUS para quem não é brasileiro. E eles trouxeram um desafio maior: como haitianos, o que o Brasil tem a nos ensinar? [...] Esse é um desafio muito interessante. E a universidade não pode não aceitar” (Tv Campus, 2019).

Além disso, uma das estudantes participantes relatou a realidade de crise no Haiti após o terremoto de 2010 e os reflexos negativos para o sistema de saúde. Destacou que as várias missões internacionais no país não serviram para auxiliar efetivamente as pessoas e por isso eles, como estudantes, precisam ajudar na saúde do Haiti. A fala de outro imigrante destaca o seu entendimento sobre o acesso à saúde, contra a mercantilização e privatização, e revela a responsabilidade com seu país:

“Eu não concordo com mercadoria de saúde, eu defendo sim o acesso de saúde para o povo, porque a saúde não pode ser considerada uma mercadoria. A gente saiu, mas a gente deixa nosso coração lá. Nosso corpo físico saiu, mas a alma tá lá. Enquanto jovem, a gente pensa no futuro do país” (Tv Campus, 2019).

A professora coordenadora também ressaltou as trocas culturais e de saberes entre os alunos durante as aulas, já que os estudantes brasileiros têm a oportunidade de conhecer a realidade haitiana, bem como a leitura dos imigrantes sobre o país que não é deles, ou seja, o Brasil e o nosso sistema de saúde, possibilitando novos e diversos olhares e gerando impactos positivos na educação pelo contato intercultural. “A presença dos haitianos aqui nos permite falar de coisas diferentes. E é um olhar estrangeiro sobre a nossa experiência, o que também é muito importante” (Tv Campus, 2019).

Já o “Energia para todos - Energie pour tous”, que faz parte do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Geração distribuída de Energia Elétrica (INCT-GD), é um projeto idealizado por quatro alunos imigrantes da UFSM que consiste em um canal de YouTube com o objetivo de levar conhecimento sobre a geração de energia elétrica para a população haitiana e outros países em desenvolvimento. Os vídeos são gravados com os estudantes migrantes no idioma francês e com legendas em português e inglês para abranger um número maior de países. Atualmente, já foram lançados três vídeos com circulação livre na internet.

Segundo um dos estudantes participantes, a situação da energia elétrica no Haiti é bastante crítica, pois a principal fonte energética do país são os combustíveis fósseis, prejudiciais ao meio ambiente. Por isso, os vídeos também têm o objetivo de divulgar informação e conhecimento sobre outras possibilidades de fontes

energéticas mais sustentáveis e ecológicas, e gerar impactos na conscientização da população sobre a produção de energia elétrica e os cuidados com o meio ambiente (Tv Campus, 2019).

No primeiro vídeo da série, os estudantes apresentam informações importantes sobre Universidade Federal de Santa Maria, seus vínculos acadêmicos e a importância do programa de acesso à educação superior para imigrantes e refugiados na promoção de integração local. Os estudantes também relatam alguns dados sobre o Haiti e sua matriz energética, bem como o trabalho desenvolvido pelo INCT-GD com relação à alternativas energéticas. Por fim o professor orientador, Marco Antônio Dalla Costa, destaca o protagonismo dos estudantes imigrantes e a relevância do trabalho desenvolvido:

“Conviver com essa cultura, conviver com esses alunos, que a gente nota o esforço deles, um esforço extra-classe. Além de estarem longe do país, estão se esforçando num curso de engenharia, que não é um curso fácil, e ainda estão pensando em devolver o que eles receberam no país na divulgação desse conhecimento para levar de volta para o país. Eu estou aprendendo muito com eles” (Tv Campus, 2019).

Os dois projetos têm demonstrado como o acesso ao conhecimento pode assumir uma importante função social, a partir de problemáticas vivenciadas pela sociedade e como forma de respostas democráticas e coletivas às demandas sociais. Com suas iniciativas, os(as) migrantes da UFSM reforçam o caráter público e social da ciência e da tecnologia, como contraponto às lógicas que mercantilizam e isolam a universidade e o conhecimento das realidades e demandas concretas da sociedade.

Além disso, as práticas desses estudantes vão de encontro com as lógicas que historicamente imperam nas universidades públicas brasileiras, onde as pessoas “são formadas em universidades públicas desprezando o caráter público do Estado, engajadas em projetos individualistas, numa relação muitas vezes até predatória com a instituição pública de educação” (Almeida, 2019). Conforme explica Almeida (2019), as elites relacionam-se com a universidade como um lugar para garantir seu futuro profissional e seus projetos individuais, sem qualquer preocupação ou engajamentos pela instituição que é sustentada economicamente por toda sociedade. Ao contrário, ambas as experiências apresentadas buscam resgatar a importância do conhecimento na transformação de realidades sociais, por meio de instituições e sujeitos socialmente responsáveis.

Além disso, a presença dos(as) estudantes migrantes também tem proporcionado uma troca entre saberes, em sala de aula e nos demais espaços acadêmicos, permitindo novos e diferentes percepções sobre os desafios nas diversas áreas do conhecimento. Tanto o projeto Santé pour Haiti como Energie pour Tous

representam as disputas sobre novas possibilidades para a educação superior no país, sejam no campo da valorização da interculturalidade de práticas e saberes ou, dialeticamente, a anulação da diferença de sujeitos, vozes, idiomas e experiências.

PERSPECTIVAS PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E OS DESAFIOS DA INTERCULTURALIDADE

Diante das práticas e experiências identificadas na UFSM de protagonismo de estudantes imigrantes e refugiados(as), buscamos problematizar as tendências neoliberais de transformação da universidade pública, a desvalorização do caráter público do direito à educação superior e a ampliação de um modelo hegemônico de produção de conhecimentos que nega a diversidade e pluralidade do Sul Global. Buscamos, por outro lado, demonstrar que essas orientações encontram grandes possibilidades de resistência diante da presença da diversidade migrante (e também negra, étnica e cultural), desde que direcionadas a partir de uma ética da alteridade e das críticas da interculturalidade.

Se, por um lado, a inclusão de estrangeiros nas universidades públicas brasileiras tem sido amplamente invocada nas agendas da internacionalização do ensino superior, os principais questionamentos são sobre qual modelo de internacionalização, quem são os estrangeiros desejados e quais conhecimentos, idiomas e culturas estão sendo valorizadas nesse processo. Isso porque, quando as políticas de inclusão de migrantes e refugiados assumem um caráter utilitário diante das atuais demandas pela internacionalização da universidade, o sujeito imigrante novamente é colocado em um lugar de utilidade e provisoriedade, como discutimos em Sayad (1998).

Nesse sentido, diante da presença de imigrantes e refugiados(as) representativos das alteridades não ocidentais, as universidades estão diante de caminhos opostos: valorizar os saberes e conhecimentos desses estudantes, os diferentes idiomas e as trocas interculturais com o objetivo de repensar e problematizar o fazer acadêmico tradicional ou, ao contrário, adotar políticas assimilacionistas e de continuidade dos processos de homogeneização das vozes e práticas universitárias.

Nesse sentido, em uma entrevista com Boaventura de Sousa Santos sobre o presente e futuro do ensino superior, o autor destacou a transnacionalização como a tendência dominante para as universidades, promovida pelas “forças que apostam em converter a educação universitária num serviço altamente rentável para o investimento de capital”. Segundo Boaventura, essa tendência decorre por meio do sub-financiamento das universidades públicas e da demanda do capitalismo global por mão-de-obra qualificada, constituindo

uma das dimensões do processo de neoliberalização das universidades (Santos, Guilherme e Dietz, 2015, p. 202). Esse modelo, contudo, coexiste com outras forças que vão à direção contrária ao modelo universitário masculino, colonialista, monocultural e eurocêntrico que foi importado para as colônias e resiste até hoje. Essas tendências de reação referem-se àquilo que Boaventura chamou de conhecimento “pluriversitário” e surgiu nos meios acadêmicos impulsionado pelos grupos sociais que “lutavam pelo reconhecimento da diferença cultural, histórica, sexual, regional e etno-racial” (Santos, Guilherme e Dietz, 2015, p. 202).

“O ativismo de cidadãos, em articulação com cientistas empenhados, conseguiram colocar a busca de relevância e responsabilidade social na agenda política universitária. É assim que surge a outra dimensão de pluralismo interno da ciência. Em ambos os casos, o conhecimento científico iniciou um contacto mais próximo com outros saberes e, por vezes, reconheceu a sua validade, uma validade “local”, sempre confinada aos limites de uma experiência social onde esses modos de conhecimento-não-acadêmico tinham sido gerados.” (Santos, Guilherme e Dietz, 2015, p. 203)

Ocorre que, gradativamente, em todo mundo, essa tendência alternativa foi perdendo espaço e atualmente está na defensiva. As crises financeiras têm sido invocadas com o intuito de destruir a diversidade e, por outro lado, a acumulação capitalista, por meio da aplicação da ciência para os interesses do mercado, tem se tornado a nova prioridade das políticas universitárias, transformando o valor do conhecimento em valor de mercado. (Santos, Guilherme e Dietz, 2015, p. 203). Dentro desse panorama, as políticas inclusivas que representam não só a democratização do acesso à educação e promoção da igualdade social e racial, mas também como forma de repensar as estruturas sociais do ensino e da produção do conhecimento, também perdem espaço de resistência diante de um cenário totalmente desfavorável.

O cenário político atual no Brasil apresenta novamente tendências de desvalorização da educação superior e da ciência, em direção a um modelo de mercantilização da educação no país, cada vez mais à serviço dos interesses privados e econômicos. Sob o discurso da “modernização”, o Projeto Future-se, proposto pelo governo federal, apresenta três eixos centrais, quais sejam: pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; empreendedorismo e internacionalização. Com o objetivo de aumentar a autonomia financeira das universidades públicas, o projeto aumenta a possibilidade de participação de capital privado nas instituições, além da previsão de gestão por meio da contratação de organizações sociais. Dentre as finalidades do projeto, estão a “promoção da visão empreendedora” e o estímulo à “internacionalização” (MEC, 2019, p. 11).

Para implementação dos pilares da internacionalização, o projeto prevê uma série de ações práticas, a exemplo da oferta de cursos de português para estrangeiros, oferta de disciplinas e cursos em língua estrangeira, contratação de serviços de tradução para publicação em revistas de alto impacto, captação de recursos internacionais, atração de docentes e pesquisadores do exterior, dentre outras previsões (MEC, 2019, p. 11). No entanto, em nenhum artigo do projeto há qualquer menção sobre promoção da diversidade e democratização das formas de ensino e pesquisa, demonstrando o que Santos, Guilherme e Dietz (2015, p. 203) explicaram ao afirmar que a educação superior “está cada vez mais à mercê da globalização hegemônica e do capitalismo neoliberal”. Modelos como esse têm sustentado a matriz cultural do poder colonial no meio educacional, hierarquizando e “legitimando determinados países, universidade e indivíduos como naturalmente superiores em relação a outros e favorecendo o conhecimento eurocêntrico em detrimento de outros saberes” (Leal e Oregioni, 2019, p. 3). Ou seja, as possibilidades de internacionalização sob essas perspectivas não estão direcionadas à promoção das diversidades de saberes, idiomas e culturas, mas sim a uma “globalização” ainda mais homogeneizante e que continua privilegiando o conhecimento produzido por poucos países do Norte-Global.

Na realidade das universidades do Sul Global, a internacionalização pode representar novas formas de colonialismo para os países periféricos diante das necessidades do capitalismo global, além de reproduzir as estruturas de conhecimento e saberes ditadas pelo Norte, inclusive como forma de desqualificar e negar, conforme explica Grosfoguel (2016, p. 25) “outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo”.

“A constituição da educação superior no Sul Global foi historicamente moldada por um Norte Global hegemônico, com seu projeto civilizatório de modernidade e por meio do privilégio adquirido pela ciência ocidental como mecanismo de progresso e principal forma de razão. Tais intervenções trouxeram consigo tanto a organização ocidental do conhecimento baseado em disciplinas como culminaram em dependências por meio de alienações com universidades do Norte[...]” (Leal e Oregioni, 2019, p. 8)

Isso faz com que, atualmente, a presença estrangeira dentro da universidade seja estimulada nos processos de internacionalização, mas não a presença da diversidade. Ou seja, aqueles(as) que representam os valores da globalização, advindos dos países centrais, considerados cidadãos globais e dotados de “competências multiculturais” são bem vindos, pois representam aquilo que as instituições do mundo subdesenvolvido, ignorando os processos históricos de imperialismo e colonialismo, projetam como modelo para uma suposta modernização e desenvolvimento. Por outro lado, a presença migrante, do Sul

Global, tem sua hospitalidade condicionada à assimilação dos modelos e padrões hegemônicos, sendo totalmente desprezados os seus saberes e conhecimentos próprios, idiomas locais, trajetórias e experiências culturais.

Nesse sentido, Boaventura chama a atenção para necessidade de pensar caminhos alternativos para as próprias alternativas, afinal não basta simplesmente incluir a diversidade nas estruturas sociais já estabelecidas sem questionar essas estruturas mesmas, suas lógicas de reprodução e contextos de poder e dominação:

“Grupos historicamente excluídos estão a entrar, em números significativos, no sistema de ensino superior em países como Brasil, Índia e África do Sul. Muito em breve esta inclusão se revelará como uma nova e mais insidiosa forma de exclusão se os currículos, a sociabilidade na sala de aula e a gestão escolar não se alterarem de modo a que os recém-chegados sintam-se à vontade e não em território hostil.” (Santos, Guilherme e Dietz, 2015, p. 208)

Assim, falar em desafios interculturais, no contexto do ensino superior, significa repensar os próprios fundamentos epistêmicos, teóricos e práticos que conduzem a formação acadêmica e científica, em direção a refundação das estruturas educacionais que historicamente “racializam, inferiorizam e desumanizam sujeitos”. Segundo Walsh (2010, p. 4), a interculturalidade sob uma perspectiva crítica vai além do simples contato/encontro entre culturas, que costuma ocultar e minimizar os contextos coloniais de dominação que posicionam a diferença cultural em termos de superioridade e inferioridade. Nesse sentido, Dussel (1994, p. 62) reflete sobre o conceito de encontro no contexto histórico colonial, já que essa terminologia oculta as relações assimétricas e de dominação do “eu” europeu sobre o mundo “do outro”. Segundo o autor, não existe encontro cultural quando o conhecimento do outro é excluído de toda racionalidade e validade.

Além disso, a crítica também é válida para a “interculturalidade funcional”, ou seja, que reconhece as diferenças, mas sustenta sua produção e administração dentro das mesmas lógicas do modelo neoliberal do capitalismo global. Por outro lado, a perspectiva da interculturalidade crítica requer a “transformação das estruturas, instituições e relações sociais, e a construção de condições de estar, ser, pensar, conhecer, aprender sentir e viver distintas”, pois essa concepção, segundo a autora, não parte do problema da diferença, mas sim do problema “estrutural-colonial-racial” (Walsh, 2010, p. 4). Ou seja, sem a compreensão crítica sobre a interculturalidade e a relação diante do outro, a inclusão de grupos minoritários no ensino superior, a exemplo de imigrantes e refugiados(as), pode produzir e reproduzir novos processos de anulação de identidades culturalmente diversas, práticas e saberes.

Conforme disse Boaventura, a universidade está em disputa por forças opostas, e apesar de todo processo de mercantilização, alternativas e experiências concretas de interculturalidade já estão sendo desenvolvidas, sendo que a universidade convencional será, por muito tempo, a mistura entre o velho e o novo (Santos, Guilherme e Dietz, 2015, p. 208). As experiências de migrantes e refugiados nas universidades brasileiras, mesmo que temporalmente incipientes, talvez possam apontar caminhos para um futuro mais plural e democrático. Essa presença tem permitido desocultar conflitos raciais e xenófobos no seio institucional, além de retomar a discussão sobre o caráter público e social do acesso ao ensino e à formação superior, da produção do conhecimento e dos sentidos da sua aplicação social. Apesar de um processo longo e conflitivo, é fundamental para a construção de uma sociedade e universidade radicalmente distintas e que, como ensina Walsh (2010, p. 4), deve fazer parte de um “novo projeto político, social, epistêmico e ético dirigido à transformação estrutural e sócio-histórica.”

Cabe considerar que os desafios da presença do(a) imigrante e refugiado(a) são fundamentais para (re)pensar uma universidade realmente diversa e plural e que passa pelo reconhecimento do outro e suas subjetividades e da valorização do seus saberes e culturas. Afirmando Douzinas (2009), compreendemos que construir possibilidades contra-hegemônicas significa abandonar a lógica do sujeito de direito abstrato e encarar o sujeito concreto que interpela, que não pode ser reduzido, apropriado e objetificado, e que gera uma responsabilidade ética diante da alteridade. pensar os desafios de direitos humanos para uma educação intercultural e plural não pode prescindir a revisão das teorias, epistemologias e práticas que ocultaram as experiências concretas dos sujeitos e negaram suas vozes e saberes como forma de dominação. As possibilidades do encontro entre a universidade (enquanto lugar de contradições e disputa) passam necessariamente pelo olhar e escuta aos seus outros que, na concretude das suas experiências, revelam as fronteiras que juntos(as) buscamos superar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das inúmeras transformações no contexto educacional do país, imigrantes e refugiados(as), a partir dos seus saberes, culturas, idiomas e experiências, também podem e devem ser atores fundamentais destes processos, como ficou evidente no caso da Universidade Federal de Santa Maria. O “encontro da universidade com seus outros” mostra um novo cenário de disputa sobre os sentidos do acesso ao conhecimento e à formação profissional e científica. Os projetos desenvolvidos na UFSM, Santé pour Haiti e Energie pour Tous, além de anunciar a potência das trocas culturais no ambiente acadêmico, representam os sinais de uma educação voltada aos interesses coletivos, com especial atenção ao caráter público e responsabilidade social, em resposta às tendências de neoliberalização da universidade e mercantilização dos processos de ensino. Além disso, o evento organizado pelos(as) imigrantes e pelo Migraidh sobre diversidade e interculturalidade mostraram a importância de ouvirmos vozes contra-hegemônicas sobre a história, política e sociedade desde uma perspectiva do Sul Global, afirmando o que nos une enquanto povos da África e América Latina diante do imperialismo dos países centrais.

Assim, a garantia do direito à educação superior para imigrantes e refugiados(as) na Universidade Federal de Santa Maria tem representado, simbólica e efetivamente, além da superação de algumas fronteiras para igualdade de oportunidades, outros caminhos e possibilidades rumo à diversidade e a interculturalidade. Nesse sentido, o grande desafio, a partir de uma compreensão crítica sobre interculturalidade, é ir além da inclusão do outro nas mesmas estruturas hegemônicas mas, ao contrário, repensar as epistemologias, teorias e práticas que conduzem o fazer universitário. As experiências e trajetórias desses migrantes, repletas de fronteiras e, ao mesmo tempo, de muito protagonismo representam uma série de forças criativas e de resistência, por meio de outras trajetórias, diversidades, saberes e conhecimentos fundamentais a uma universidade para interculturalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Naomar de (2019) “A Universidade precisa se recriar como Universidade Popular. Entrevista”. Recuperado de <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/a-universidade-precisa-se-recriar-como-universidade-popular>

AMORIM, João Alberto Alves (2017) “A Integração Local do Refugiado no Brasil: a Proteção Humanitária na Prática Cotidiana”. Em: Liliana Lyra Jubilut e Gabriel Gualano de Godoy (organizadores), *Refúgio no Brasil: Comentários à Lei 9.474/97*. São Paulo: Quartier Latin/ACNUR.

BERTOLDO, Jaqueline. *Protagonismos migrantes na universidade pública brasileira: do direito à educação superior aos desafios da interculturalidade*. pp. 243 - 272 |

ARENDR, Hannah (2012) *Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

BERTOLDO, Jaqueline; MESILAS, Widerson e OLIVEIRA, Tainan (2019) “Diversidade e (Inter)culturalidade: diálogos sociopolíticos desde o Sul Global”, Anais da 34ª Jornada Acadêmica Integrada da UFSM. Recuperado de <https://portal.ufsm.br/jai/trabalho/trabalho.html?action=anais>

BRASIL (1997) Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. 1997. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm

BRASIL (2017) Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm

BRASIL (2019) Refúgio em números 4ª edição. Recuperado de https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf

CASTEL, Robert (2008) *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones*. Rio de Janeiro: Vozes.

DERRIDA, Jacques. (2003) *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. São Paulo: Escuta.

DOUZINAS, Costas (2009) *O FIM dos Direitos Humanos*. São Leopoldo: Unisinos.

DUSSEL, Enrique (1986) Método para uma filosofia da libertação: Superação analética da dialética hegeliana. São Paulo: Edições Loyola

DUSSEL, Enrique (1994) *El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad*. La Paz: Pluma editores.

FREIRE, Paulo (2013) *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GROSGUÉL, Ramón (2016) “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI”, *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025&lng=en&nrm=iso.

GROSGUÉL, Ramón; OSO, Laura e CHRISTOU, Anastasia (2015) “‘Racism’, intersectionality and migration studies: framing some theoretical reflections”, *Identities*, v. 22, n. 6, p. 635-652. Recuperado de <https://www.tandfonline.com/>

doi/citedby/10.1080/1070289X.2014.950974?scroll=top&needAccess=true

LEAL, Fernanda Geremias e OREGIONI, Maria Soledad (2019) “Contribuições para analisar a internacionalização da educação superior na América Latina”, *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 5. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/0Briesup/article/view/8653635>.

MESILAS, Widerson; et al (2019) “Santé Pour Haiti”, Anais da 34ª Jornada Acadêmica Integrada da UFSM. Recuperado de <https://portal.ufsm.br/jai/trabalho/trabalho.html?action=anais>.

MIGRAIDH (2019a) Diversidade e (Inter)culturalidade: Diálogos Sociopolíticos desde o Sul Global. Recuperado de <http://www.migraidh.ufsm.br/index.php/2016-03-29-11-45-18/61-diversidade-e-inter-culturalidade-dialogos-sociopoliticos-desde-o-sul-global>.

MIGRAIDH (2019b) Migraidh/CSVM e Cerim promovem evento sobre Diversidade e (Inter)culturalidade na UFSM. Recuperado de <http://www.migraidh.ufsm.br/index.php/2016-03-29-11-45-18/62-migraidh-csvm-e-cerim-promovem-evento-sobre-diversidade-e-inter-culturalidade-na-ufsm>.

MEC (2019) Projeto Future-se. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se, e dá outras providências. Recuperado de <https://www.ufsm.br/wp-content/uploads/2019/10/Minuta-de-Anteprojeto-de-Lei-Future-se-GT-Portaria-1701-16-10-2019.pdf>

PEREIRA, João Paulo Rodrigues (2011) “O outro – o excluído: filosofia da libertação de Henrique Dussel”, *Pensamento Extemporâneo*. Recuperado de <https://pensamentoextemporaneo.com.br/?p=1551>

REDIN, Giuliana (2013) *Direito de Imigrar: Direitos Humanos e Espaço Público*. Florianópolis: Conceito Editorial.

REDIN, Giuliana e MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt (2014) Proposta de Resolução para instituição do Programa de Acesso à Educação Técnica e Superior da UFSM para Refugiados e Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade. Arquivo Migraidh.

REDIN, Giuliana; MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt e ALMEIDA, Alessandra Jungs (no prelo) “O papel da academia na proteção e promoção dos direitos humanos de migrantes e refugiados no Brasil: a prática extensionista do Migraidh UFSM”. Em: Giuliana Redin (organizadora), Migraidh: Migrações Internacionais: Desafios para a Proteção e Promoção de Direitos Humanos no Brasil.

REDIN, Giuliana e MONAIAR, Alex Barcelos (2018) “Os Desafios da Integração Local na Perspectiva das Soluções Duradouras para a Proteção Integral de Refugiados

e Migrantes em Situação de Vulnerabilidade: a experiência de Santa Maria”. Em: Liliana Lyra Jubilut, et al. (organizadores), *Migrantes forçados: conceitos e contextos*. Boa Vista: Editora da UFRR.

SANTOS, Boaventura de Sousa, GUILHERME, Manuela e DIETZ, Gunther (2016) “Da universidade à pluriversidade: Reflexões sobre o presente e o futuro do ensino superior”, *Revista Lusófona de Educação*, v. 31, n. 31. Recuperado de <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5388>

SAYAD, Abdelmalek (1998) *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp.

TV CAMPUS (2019) Migrar não é delito. Documentário. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=wRLIhb3kEds>.

UFSM (2016) Resolução n. 041/2016. Institui o Programa de Acesso à Educação Técnica e Superior da UFSM para Refugiados e Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade e revoga a Resolução n. 039/10. Recuperado de http://w3.ufsm.br/prograd/images/pdf/resolucao_041_2016_ufsm_programa_refugiados_imigrantes.PDF

UNHCR e CSVN (2019a) Relatório anual da Cátedra Sérgio Vieira de Mello. Recuperado de https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/09/Relatorio-Anual-CSVN_Digital.pdf

UNHCR e CSVN (2019b) Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil. Recuperado de <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Pesquisa-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-Refugiados-ACNUR.pdf>

UNHCR (20--) Plataforma Help. Recuperado de <https://www.acnur.org/portugues/campanhas-e-advocacy/plataforma-help/>

UNHCR (20--a) Soluções Duradouras. Recuperado de <https://www.acnur.org/portugues/solucoes-duradouras/>

UNHCR (20--b) Solicitantes de refúgio. Recuperado de <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/solicitantes-de-refugio/>

WALSH, Catherine (2010) “Interculturalidad crítica y educación intercultural”. Em: UZIEDA; Jorge Viana; MEALLA, Luís Tapia e WALSH, Catherine (org.), *Construyendo interculturalidad crítica*. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello. Recuperado de <https://aulaintercultural.org/2010/12/14/interculturalidad-critica-y-educacion-intercultural/>